
As vozes feministas como caminho para um jornalismo de subjetividade¹

Tainá JARA²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Letícia de Faria Ávila SANTOS³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

O presente trabalho se dedica a refletir sobre as contribuições que as mobilizações feministas podem dar para um jornalismo de subjetividade proposto por Veiga da Silva e Moraes (2019) com as análises da pesquisa de mestrado (JARA, 2019) sobre o impacto de conteúdo ativista na cobertura jornalística do caso de feminicídio da musicista Mayara Amaral e sua relação com movimentos globais de combate à violência contra as mulheres e o jornalismo feminista da Revista AzMina (SANTOS, 2020), com atualizações feitas a partir do grupo de pesquisa “Comunicação e Mobilizações dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS).

Palavras-chave: gênero, comunicação, jornalismo, jornalismo de subjetividade.

Introdução

Buscar um caminho para transformar o jornalismo a partir das demandas sociais surgidas através dos tempos, especialmente as reivindicações dos movimentos feministas, talvez seja uma das principais motivações deste trabalho. A partir de estudos que começaram a ser sistematizados em 2019, procuramos levantar pistas para mostrar as possibilidades de mudanças que, de alguma forma, são demandadas e estimuladas pela teoria feminista e pelas mobilizações de mulheres. Ouvir as vozes das ruas, cuja disseminação é potencializada pelas popularização das redes sociais, e, mais do que isso, fazer as vozes das ruas estarem presentes no jornalismo de maneira menos simplista, podem render propostas promissoras para tornar as práticas jornalísticas menos excludentes.

¹Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e jornalista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), email: @tainajara@gmail.com

³ Doutoranda em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Mestra em Comunicação e jornalista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS). Email: le.lele.avilla@hotmail.com

A necessidade de pensar novas possibilidades de abordagem em notícias relacionadas à violência contra as mulheres tiveram início a partir dos resultados da pesquisa de mestrado: #NenhumaAMenos: redes sociais e feminismos nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral⁴. No trabalho, foi analisado por uma das autoras o impacto de conteúdo ativista na cobertura jornalística do caso e sua relação com mobilizações feministas globais, que captou o potencial transformador que tais ações podem ter no jornalismo, apesar da prática ser alicerçada em rígidas estruturas sociais e econômicas.

Comprovamos a influência dos debates travados na sociedade sobre a cobertura jornalística, porém, também nos foram reveladas resistências por parte de alguns veículos à narrativa paralela realizada pelos movimentos feministas. O principal exemplo foi o uso do termo feminicídio. Muitas publicações só passaram a utilizar a palavra após a publicação da carta da irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, no Facebook, reivindicando o reconhecimento da circunstância qualificadora do crime de homicídio, prevista no Código Penal, desde de 2015, dois anos antes do assassinato da musicista. Na época, a publicação chegou a ter mais de 30 mil compartilhamentos na rede social. Alguns jornais, no entanto, demonstraram sintonia com a reivindicação e utilizaram a repercussão do caso como forma de pautar o debate quanto a violência por razão de gênero na sociedade.

Aliando os resultados da pesquisa, apontando para a necessidade de tornar as coberturas mais humanizadas, aos debates realizados no grupo de pesquisa “Comunicação e Mobilizações dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS), verificamos possibilidade de rever as práticas jornalísticas para torná-las mais transformadoras e importantes até mesmo para manter a relevância do jornalismo perante a sociedade.

1. Novos jornalismo: a prática com o olhar feminista

⁴ A musicista e professora Mayara Amaral foi vítima de feminicídio aos 27 anos, em Campo Grande-MS. Seu corpo, vestido apenas de uma peça de roupa íntima, foi encontrado no dia 25 de julho de 2017, carbonizado em um matagal. Investigações da polícia concluíram que ela foi morta em um motel, por golpes de martelo na cabeça. O autor do crime foi o técnico de informática e músico, Luís Alberto Barros Bastos, com quem a vítima mantinha envolvimento amoroso. Apesar dos elementos colhidos na investigação, o caso, inicialmente, foi configurado como latrocínio, roubo seguido de morte. A tragédia ganhou as manchetes, primeiramente, dos jornais locais, que negligenciaram o evidente caso de feminicídio, mas, a cobertura tomou rumo diferente após a repercussão de uma carta da irmã, Pauliane Amaral, publicada no Facebook dois dias depois, reivindicando o reconhecimento do crime por razões de gênero, levando o caso até a mídia nacional.

Há décadas o movimento feminista se articula, ganha visibilidade e conquista direitos a partir da resistência das mulheres. Nos últimos anos passamos por um espécie de oxigenação do movimento, em que as mulheres latino-americanas conquistaram protagonismo nunca antes visto; o feminismo tornou-se feminismos, pois se pluralizou ao perceber o potencial das diferentes realidades das mulheres; as redes sociais e as novas tecnologias se tornaram importantes instrumentos de mobilização social (JARA, 2019). Movimentos como a Marcha das Vadias, por reivindicação do direito ao corpo; do #NiUnaMenos, de combate a violência contra as mulheres; a Maré Verde, pela legalização do aborto na Argentina; e o #EleNão, no Brasil contra a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, são alguns exemplos da potência dessas novas mobilizações.

Ivana Bentes (2015) contempla que iniciativas como as que vivemos hoje fazem parte de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações; a partir de uma potencialização política e do uso de novos discursos e tecnologias - incluindo as redes sociais - para a organização do levante dos direitos. “Olhando para as imagens produzidas, cartazes, memes na internet, hashtags, vídeos e fotografias, encontramos uma transversalidade e complementaridade desses movimentos e discursos” (BENTES apud HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 24-25).

Martín-Barbero (2015) propõe, a partir de uma perspectiva latino-americana, pensar os processos de comunicação a partir da cultura e não a partir dos meios. Desta forma, as mobilizações feministas podem ser colocadas como fator de interferência nas produções, inclusive, jornalísticas, seja por sua presença, ausência ou apenas a forma como é retratada. Mais do que isso, podem ser potência para o jornalismo de subjetividade.

Enxergamos possibilidades no próprio jornalismo relacionado aos movimentos de direitos humanos e questões de gênero. Mais especificamente este último, produzido por mulheres, foi, ao longo da última década, se especializando a partir das possibilidades das mídias digitais, trazendo um jornalismo mais autônomo em rede que permite a construção de um jornalismo mais independente e alternativo (FIGARO, 2018b). Apesar das próprias limitações do fazer jornalístico, que em tempo atuais incluem a precarização das jornadas de trabalho com acúmulo de funções, pejotização e falta de direitos trabalhistas, muitas jornalistas ainda assim atuam buscando produzir

pautas críticas e sociais. “Esses profissionais são movidos pela necessidade e pelo sonho de fazer um bom trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018b, p. 28).

Sobre a presença das mídias que produzem jornalismo com temáticas feministas, como a Revista AzMina, Figaro (2018a, p. 585) afirma que estes novos arranjos desenvolvem a “inserção dos temas feminismo e gênero, novas linguagens e um relacionamento próximo a seus públicos, numa colaboração estreitada pela empatia e as possibilidades de interlocução mais participativa”. Portanto, a consolidação de um jornalismo de subjetividade, como proposto por Veiga da Silva e Moraes (2019), pode ser uma prática que contempla as reivindicações feministas, sendo, até mesmo, uma via de mão dupla, já que possibilita que os movimentos também pautem a imprensa.

Como pesquisa de mestrado de uma das autoras, investigou-se como o jornalismo vem se aliando às práticas feministas para a produção de conteúdo com perspectiva de gênero na Revista AzMina⁵ (SANTOS, 2020) (SANTOS; MIGUEL, 2022). Também movido dentro de um contexto de quarta onda feminista (HOLLANDA, COSTA, 2018), as práticas jornalísticas foram incorporando questões mais ativas dos direitos humanos e das questões de gênero para dentro das redações, em um contexto onde parcialidade ou imparcialidade, reflexões por tantas vezes rasas dentro do jornalismo, não eram mais questão. A “parcialidade” era admitida pela frase “somos feministas”, seguindo um preceito de visibilizar mulheres em suas particularidades e identidades, como mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, com deficiência, da periferia e de diferentes marcadores sociais.

O corpus analisado resultou em sete reportagens especiais que tratavam de diferentes temáticas voltadas para as questões de gênero, como maternidade lésbica, mulher na política, moda e racismo, corpo feminino e luta por moradia. As reportagens possuíam uma média de 21 mil caracteres, sendo consideradas extensas, e traziam como fontes em maioria mulheres, demonstrando uma pluralização de fontes femininas, entre especialistas, representantes institucionais, vítimas, personagens e testemunhas. A busca da apuração e pesquisa jornalísticas também ficam muito evidentes pela presença de

⁵ Como objetivo de vislumbrar as práticas jornalísticas que permeiam as temáticas de gênero, foi analisada a produção jornalística da Revista AzMina durante o ano de 2018, mais especificamente a seção “Especiais”, pelo protocolo metodológico da Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) (SILVA, MAIA, 2011), por ser o material mais profundamente jornalístico no que se refere o contexto da reportagem multimídia (LONGHI, 2015).

fontes documentais, como leis, artigos, pesquisas científicas e inclusive pesquisas próprias (SANTOS, 2020) (SANTOS, MIGUEL, 2022).

O que se verificou dentro das pautas foram, de fato, características do jornalismo que exerciam uma presença e uma linguagem ativa dentro da demarcação das lutas feministas e dos direitos das mulheres, em diferentes editorias e em diferentes marcadores sociais, trazendo, assim, questões interseccionais para dentro do jornalismo. As reportagens são construídas, além de tratarem da temática de gênero, dentro da própria lógica de organização e disseminação das redes que também se enquadra nos preceitos da quarta onda feminista, que mesclam “jornalismo, diálogo, visibilidade e mobilização em tempos virtuais, para questionar os espaços públicos e as opressões sofridas pelas mulheres em sociedade” (SANTOS, MIGUEL, 2022, p. 180).

A própria organização da redação da Revista AzMina leva em consideração, dentro das rotinas produtivas⁶, ter dentro da equipe profissional apenas jornalistas mulheres, com o objetivo de remunerar mulheres, e com prioridade para mulheres que não sejam do eixo paulista, onde é localizada a sede da Revista (SANTOS, 2020) (SANTOS, MIGUEL, 2022).

Iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero como a revista AzMina podem ser pontos de partida para discursos mais inclusivos e que promovam a multiplicidade de vozes nas redes e em outros espaços sociais, pois “uma visão crítica da comunicação - e jornalismo é uma prática comunicativa - que leve em consideração o seu caráter emancipador, pode ser um dos elementos para a superação das assimetrias de gênero” (COSTA, 2018, p. 101) (SANTOS, MIGUEL, 2022, p. 180).

2. Jornalismo de subjetividade: transformação para combater opressões de gênero

Deslocar a visão de mundo, propor mudanças estruturais e buscar novas formas de fazer isso é o que talvez dê sentido ao feminismo em termos teóricos e práticos. Seu caráter transformador é responsável por muitas conquistas, não só em termos de direitos, mas de avanços intelectuais. Por isso, agregar essas contribuições pode levar a práticas jornalísticas mais comprometidas com a justiça social, indo ao encontro aos

⁶ Além disso, na pesquisa também verificou a presença de um Conselho Editorial de Leitoras, que permite sugerir temáticas e opinar no trabalho desenvolvido, o que caracteriza um trabalho mais colaborativo e comprova maior horizontalidade na atuação da Revista. A produção permeia também as questões de democratização da informação que são por vezes próprias da quarta onda feminista e da presença do feminismo dentro das redes (BENTES, 2015), ao permitir que todo o conteúdo do portal seja republicado gratuitamente em outros veículos de comunicação.

próprios princípios do campo, a equidade de gênero e deixar as produções em sintonia com as mudanças da sociedade.

Podemos verificar esforços de deslocamento de perspectiva no próprio conceito da epistemologia feminista, pois é desenvolvido a partir do questionamento das bases científicas e dos conceitos de neutralidade e imparcialidade estando esses sujeitos à questões de interesse próprio e à revisão, como baseia-se Satler (2022).

Quando observamos que conceitos como “conhecimento”, “racionalidade”, “metodologia científica”, “universalização” e até mesmo “sujeito” são relacionados a uma tradição hegemônica masculina, percebemos que é nosso papel questionar o modo de produção acadêmico e de quem detém ou não o conhecimento, pois tais conceitos podem ser falhos e tendenciosos (SATLER, 2022).

Considerar a existência de um ponto de vista feminista deixa o caminho aberto para entendimentos relacionados às perspectivas que considerem inter cruzamentos de gênero, classe, sexualidade, religião, raça, pertença cultural e geográfica, portanto, para a própria epistemologia feminista (JARA, 2019). É justamente esse encontro que se consolida no conceito sociológico de interseccionalidade⁷ e que pode trazer perspectivas amplas e atuais para transformar o jornalismo o tornando mais agregador. Conforme Carla Akotirene (2018), o termo cunhado pelas feministas negras permite a compreensão das desigualdades, o entrecruzamento de opressões e revela discriminações existentes na sociedade. Ao jornalismo, a concepção pode apontar para um papel mais comprometido com a justiça social, já que questiona a própria universalidade imposta em algum momento pelo “feminismo hegemônico”, enquanto considerava apenas as experiências de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média” (GUSTAFSON, 2018, p. 2).

Apesar da atualidade constar como um valor noticioso, a aplicação da técnica, somadas a própria apuração e ideia de objetividade, por si só, não é suficiente para levar os casos de violência contra as mulheres e, até mesmo, a cobertura das próprias mobilizações relacionadas a defesa das causas relacionados ao gênero feminino, a serem retratadas de maneira mais aprofundada e problematizadora. Os estudos decoloniais e feministas nos mostram “que a reprodução de ideologias como a do machismo, e do

⁷ O termo foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, que aborda o contexto da violência contra as mulheres não-brancas.

racismo, no jornalismo se dá informada por uma racionalidade colonizadora limitante para a compreensão da alteridade” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 1).

Teóricos como Adelmo Genro Filho (1987) e Stuart Hall (1995) afirmam que o conhecimento social produzido pelo jornalismo demonstra seus alicerces fundados na objetividade baseada na neutralidade e na noção de sujeito universal (o homem, branco, heterossexual, ocidental), o que acaba contribuindo “para a manutenção dos sistemas classificatórios que transformam diferenças em desigualdades” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 2). Ao perseguir a objetividade, os profissionais acabam recorrendo “a reducionismos e tentam conferir validade e confiabilidade às próprias produções através de procedimentos padronizados, estatísticos”, (MORAES, 2022, p. 15)

A partir dessas problematizações, a pesquisadora Jéssica Gustafson (2018) propõe um novo sentido de objetividade que potencialize projetos feministas. Ao analisar o jornalismo feminista produzido pelo Portal Catarinas, ela verificou que “o ideal da objetividade jornalística continua pairando sobre todas as decisões, mas não habita um lugar confortável, estando sob constante tensão: a objetividade é ressignificada a partir de suas práticas ativistas” (GUSTAFSON, 2018, p. 4).

Desta forma, aliada a práticas ativistas, o conceito caro ao jornalismo, se deslocada de uma ideia de objetividade descorporificada, podendo passar a objetividade subjetiva ou, mais estreita ainda, uma objetividade feminista, cujo conceito vai ao encontro do que propõe Veiga da Silva e Moraes (2019). Para as autoras, a adoção do chamado jornalismo de subjetividade é uma alternativa às representações limitadas adotadas pela imprensa. A denominação, além de sugerir uma virada epistemológica, apreende a crítica feminista ao adotar no nome um atributo convencionalizado como feminino e agrega o caráter das mobilizações feministas que se caracterizam por tornar coletivos, dramas pessoais. Conforme as autoras, a proposta tem potencial de implodir o racismo/sexisto presente na prática. A subjetividade a que se referem neste jornalismo “se situa em questões extremamente pertinentes e presentes no mundo sensível: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais e grupais dos jornalistas” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p.13) e, mais do que isso, representa, finalmente, um “autocrítica do próprio campo assentada em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular e/ou exotificante” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p.13).

Fabiana Moraes (2022) destaca, no entanto, a importância da proposta não ser percebida como algo apenas do âmbito individual, mas nas esferas individuais e coletivas. Portanto, tanto a teoria feminista, como as características e reivindicações dos novos movimentos feministas trazem formulações de potencial transformador às práticas jornalísticas. Apesar dos debates quanto ao jornalismo de subjetividade serem mais evidentes e fortes no campo teórico, os tensionamentos sociais em relação às reivindicações feministas demonstram alguma força de deslocamento nas coberturas jornalísticas. Vamos utilizar aqui parte do resultados da dissertação sobre o caso de feminicídio da musicista Mayara Amaral para apontar esse comportamento.

3. Pistas para outro rumo jornalístico

Talvez consolidar o jornalismo de subjetividade enquanto prática frequente e consciente seja o grande desafio da proposta elaborada por Veiga da Silva e Moraes (2019), porém, percebemos que pressões sociais exercidas através das mobilizações feministas acabam de uma forma ou de outra afetando a prática jornalística, não só ao estampar os veículos de comunicação, de forma por vezes controversa, mas, chegando a estremecer seus valores e, portanto, essa estrutura posta como universal. Os feminismos acabam contribuindo para a desarticulação dos sistemas existentes, mesmo que de maneira contida. Através dos resultados da dissertação “#NenhumaAMenos: redes sociais e feminismo nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral” podemos perceber esse caminho⁸.

Ao dizer que o privado é público, ao transformar histórias individuais em voz coletiva, o feminismo vai de encontro ao entendimento proposto pelo jornalismo de subjetividade de que não pode ser interpretado “como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo” (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 14).

Mayara Amaral, 27 anos, musicista e professora. Mulher branca, de classe média e com mestrado pela UFG (Universidade Federal de Goiás). As situações de privilégio

⁸ Em termos gerais, a parte empírica da pesquisa demonstra que o desserviço da prática jornalística alicerçado em conceitos universais prevalece nas coberturas, mas o impacto da publicação da carta da irmã da vítima, a jornalista Pauliane Amaral, em sua página no Facebook, reivindicando o reconhecimento do crime, não passa despercebido. Com mais de 30 mil compartilhamentos, o que na época era considerado bastante, a mensagem, além de virar notícia, ajudou a dar rumos diferentes para abordagem do caso dali em diante.

em relação a outras mulheres vítimas de violência, e as próprias individualidades de Mayara, não impediram a identificação coletiva com o caso de feminicídio, embora sejam fatores determinantes para a repercussão dada pela imprensa. Não só o lugar social da vítima colaborou para que as críticas à cobertura fossem consideradas, mas o contexto em que o caso ocorreu. O assassinato foi cometido pouco mais de dois anos depois de promulgada a Lei no 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, portanto, a tipificação era relativamente recente e ainda carecia de imposição social e conscientização por parte da população e dos próprios jornalistas, exigindo frequentemente a reafirmação do crime, especialmente, pelos movimentos sociais de mulheres (JARA, 2019).

A reivindicação se tornava ainda mais difícil em se tratando do quarto estado com maior número de feminicídios do País, de acordo com o Mapa da Violência Contra a Mulher 2018. Dados do Monitor da Violência, divulgado em 2023, pelo Portal G1, mostraram Mato Grosso do Sul com a maior taxa de feminicídio do Brasil: 3,5 a cada 100 mil mulheres. Na época em que Mayara foi morta, movimentos como o #NiUnaMenos, surgido na Argentina, contra os feminicídios, também tomavam as ruas da Guatemala, Espanha e no México, demonstrando, portanto, um forte protagonismo latino-americano (JARA, 2019).

O caso Mayara Amaral foi capaz de demonstrar o potencial advindo da associação entre redes sociais e a potência das vozes feministas e seu impacto no jornalismo⁹. Entre os elementos determinantes utilizados para medir o impacto da carta de Pauliane, considerado na pesquisa como recurso ativista, bem como as mobilizações feministas de rua decorrentes do caso, está a frequência no uso da palavra feminicídio. Também apontamos aspectos da prática jornalística que condizem com o esforço de pensar abordagens que contemplem a epistemologia feminista e, portanto, estão mais próximas da proposta de jornalismo de subjetividade.

A maior parte das publicações sobre o caso fizeram uso do qualificador feminicídio. Do total de 148 matérias levantadas, 76 (51,3%) utilizaram a palavra para

⁹ Para verificar a recirculação de conteúdo nos veículos de comunicação, realizamos a tabulação de notícias, artigos e reportagens publicadas sobre o caso ao longo de 12 meses, a partir de 25 de julho de 2017, quando o corpo da musicista foi encontrado. O levantamento resultou em 148 publicações jornalísticas sobre o caso. Elas foram divididas em dois grupos: as locais, publicadas no site Campo Grande News (103), e as nacionais e internacionais (45), publicadas por veículos de comunicação com essas amplitudes de alcance (JARA, 2019).

falar sobre o crime, portanto, pouco mais da metade, demonstrando que a popularização da expressão estava em disputa. O mesmo comportamento, porém, não se repete nos levantamentos específicos. No site local Campo Grande News, por exemplo, o uso da palavra “feminicídio” foi feito na minoria das publicações. Das 103 publicações, 62 (60,1%) não citaram o qualificador. Já no total de 45 matérias publicadas em veículos nacionais e internacionais, 35 (77,7%) utilizaram o termo reivindicado pelas feministas (JARA, 2019).

Apesar de apresentarem diferentes aspectos, tanto a análise local quanto a nacional/internacional demonstraram ser afetadas pelas ações ativistas. A carta ter sido publicada dois dias depois do crime, acabou ajudando a promover desde o início da cobertura um debate acerca do qualificador. Na carta “Quem é Mayara Amaral?”, além de reivindicar o crime de feminicídio, Pauliane aponta os aspectos problemáticos das primeiras coberturas dos jornais locais:

Quando escrevem que Mayara era a ‘mulher achada carbonizada’ que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia ‘namorado’ hiper-sexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia. Quando fala da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem a minha irmã foi, isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas (AMARAL, 2017).

Apesar da expressão feminicídio não figurar na maioria das matérias do Campo Grande News, notamos no levantamento que as reações à cobertura foram capazes de promover um debate acerca do qualificador junto a sociedade. Alguns exemplos demonstram que a tipificação se tornou central em alguns momentos do desenrolar da investigação e do trâmite jurídico¹⁰. Além da cobertura factual do desdobramento do caso, encontramos matérias dedicadas a problematizar os crimes de feminicídio de forma mais ampla, tentando informar melhor quanto a tipificação. Seguem alguns exemplos: “Feminicídio é lei de 2015 e tem marca do desprezo à mulher”¹¹,

¹⁰ “Polícia Civil mantém como latrocínio investigação sobre morte de Mayara”, “Polícia diz que provas mudaram ‘Caso Mayara’ de feminicídio para latrocínio”; “Para 73% dos leitores, musicista Mayara foi vítima de latrocínio”, “Na Justiça, defesa de acusado insiste que morte de Mayara foi feminicídio”, “Juiz vê feminicídio e manda caso de Mayara Amaral para o Tribunal do Júri” e “Família de Mayara acredita que tese de feminicídio não vai passar”.

¹¹Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/feminicidio-e-lei-de-2015-e-tem-marca-do-desprezo-a-mulher>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

“Feminicídio é desprezado em 75% das mortes violentas de mulheres em MS”¹², e “Os feminicídios provaram em 2017 que nenhuma "Mayara" está a salvo”¹³.

Enquanto a etapa de levantamento local apontou para uma cobertura mais objetiva, factual e com a predominância de fontes policiais e, portanto, uma reação mais tímida em relação às pautas feministas, o levantamento entre as reportagens nacionais e internacionais demonstraram “opiniões incisivas, maior familiaridade com as problematizações acerca dos crimes de feminicídio, olhar atento para as mobilizações de rua e, portanto, maior sintonia com os conceitos e as reivindicações da Quarta Onda Feminista” (JARA, 2019, p. 119).

O caso foi abordado em 19 veículos diferentes: o site Esquerda Diário, site da revista Veja, Portal Catarinas, El País, Diário do Centro do Mundo (DCM) do Ig, HuffPost Brasil, site Metrópole, Pragmatismo Político, revista Cláudia, Carta Capital, Época, Folha de S. Paulo, Estadão, Jornal do Brasil, Brasil 247, Jota, O Globo, Cheek Magazine e Correio Braziliense.

O levantamento demonstrou que apenas um veículo abordou o caso antes da publicação da carta de Pauliane Amaral e das mobilizações de combate à violência contra a mulher, confirmando o impacto significativo dessas ações. Aliás, o uso da palavra feminicídio não pareceu uma dificuldade entre esses veículos (JARA, 2019).

É justamente nesta etapa, quando o caso ganha visibilidade para além dos jornais sul-mato-grossenses e se insere num debate mais global, que verificamos de forma mais explícita mudanças na abordagem e alguma flexibilização de preceitos jornalísticos. Veículos consolidados como o site do jornal El País, com o artigo “Mayara Amaral: a violonista de Campo Grande morta duas vezes”¹⁴, e a revista Cláudia, com a publicação “Três homens contra Mayara Amaral. Ela está morta. Carbonizada”¹⁵, optaram por uma abordagem reivindicando o uso do termo feminicídio e imprimindo caráter questionador

¹² Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/feminicidio-e-desprezado-em-75-das-mortes-violentas-de-mulheres-em-ms>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

¹³ Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/os-feminicidios-provaram-em-2017-que-nenhuma-mayara-esta-a-salvo>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/politica/1501370790_128982.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

¹⁵ Disponível em:

<<https://claudia.abril.com.br/coluna/coluna-da-patricia-zaidan/tres-homens-contra-mayara-amaral-ela-esta-morta-carbonizada>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ao tema. Neles, a carta de Pauliane e as reivindicações feministas são elementos centrais dos artigos e reproduzem, inclusive, as críticas ao próprio jornalismo.

O texto do jornal *El País*, escrito pela jornalista María Martín, apesar de publicado num veículo tradicional e sem proposta específica para produções relacionadas a gênero, traz conteúdo em sintonia com as reivindicações quanto a tipificação do crime. Já a publicação da Cláudia está mais alinhada com a proposta editorial da revista, pois se trata de uma veículo voltado para o público feminino. Na coluna da jornalista e psicóloga, Patrícia Zaidan, focada em temas de atualidade, feminismo e direitos humanos, o texto é escrito em primeira pessoa, recurso, inclusive, considerado pertinente numa proposta de jornalismo de subjetividade.

O reconhecimento de que as posições de sujeito do jornalista (bem como as bagagens culturais e valores dominantes) constituem suas lentes de leitura da realidade, contribui para uma melhor compreensão de como as tramas simbólicas se tecem, sendo o jornalista central nos processos cognitivos. (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 19).

O recurso da primeira pessoa também é utilizado pelo Portal Catarinas, porém de forma mais ativista. “Pela Memória de Mayara Amaral, pelas vidas das mulheres na música e no mundo: #NenhumaAMenos”¹⁶ é uma nota de solidariedade do coletivo “Rede Sonora – músicas e feminismos”, portanto, de autoria coletiva. Mesmo fugindo dos padrões jornalísticos convencionais, o texto é de caráter informativo (JARA, 2019).

Lançado em 2016, o Portal Catarinas nasce justamente na intensidade das mobilizações da Primavera Feminista de 2015, já tendo como proposta editorial a união entre ativismos feminista e práticas jornalística. Em texto publicado no site, na época do caso de Mayara Amaral, para explicar a linha editorial do veículo, as criadoras enfatizam que um “jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, consciente ou inconscientemente, servindo para a manutenção das relações de poder já existentes e, conseqüentemente, das violências ocasionadas por elas” (CATARINAS, 2016 apud JARA, 2019, p. 121). Embora, como mostrado anterior na nossa análise, veículos com essa proposta deixem evidente o esforço de deslocamento de conceitos jornalísticos limitantes, como a objetividade, essa busca, motivada pelas teorias e práticas feministas, encontra a proposta de um jornalismo “que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e

¹⁶Disponível em:

<<https://catarinas.info/pela-memoria-de-mayara-amaral-pelas-vidas-das-mulheres-na-musica-e-no-mundo-nenhumaamenos/>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

universalidade na qual se assenta epistemologicamente (VEIGA DA SILVA, MORAES, 2019, p. 14).

Considerações finais

As elaborações teóricas feministas, em uma relação de retroalimentação com a vivência das mulheres e suas mobilizações, se alicerçam na transformação da sociedade e em diferentes perspectivas para consolidar tais mudanças. Essa postura, inevitavelmente, confronta as estruturas de poder vigente, denunciando sua insuficiência e exigindo alterações para se manterem diante da estratégia de desarticulação. O jornalismo compõem essa estrutura e acaba por contribuir para a sua manutenção. Conforme Veiga da Silva e Moraes (2019, p. 12), o “poder simbólico (BOURDIEU, 2010) do jornalismo é uma das redes por onde se tecem os fios de sentidos que em última instância alimentam os altos índices de feminicídio e o genocídio das populações negras e indígenas no país”. Porém, é preciso considerar que o jornalismo também é um campo em disputa na sociedade tendo, portanto, “um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre o feminicídio” (PRADO e SANEMATSU, 2017, p. 141).

Desta forma, identificamos no jornalismo feminista, que permeia as questões das desigualdades e das lutas pelos direitos das mulheres para dentro das pautas jornalísticas, um jornalismo de possibilidades, que produz conteúdos híbridos de jornalismo e feminismo ao se posicionar diante do que produz. Neste sentido, os novos arranjos jornalísticos nativos digitais, que são fundados em ambientes em rede e permeiam as questões de direitos humanos e de gênero, encontram-se como formas mais demarcadas e posicionadas de se fazer jornalismo (FIGARO, 2018b).

Temáticas como violência contra a mulher, autonomia sexual, reprodutiva e o direito ao corpo, LGBTfobia, racismo, machismo, questões de classe e de religião são retratadas sem perder a apuração e o rigor jornalísticos e dentro do jornalismo de subjetividade proposto pelas pesquisas atuais.

O poder questionador das mobilizações são uma dos caminhos que levaram a essas novas propostas de abordagem e a cobertura do caso de feminicídio de Mayara Amaral, ocorrido em 2017, já apontava para o caráter inevitável de tais pressões. Percebemos que mesmo em veículos tradicionais, com práticas jornalísticas

convencionais, a pressão social foi capaz de colocar o debate da tipificação em pauta. Nos veículos de caráter mais feministas percebemos a utilização de linguagens mais pessoais para tratar o caso. Tais aspectos apontam para o deslocamento da prática jornalística para se incorporar em coberturas mais humanizadas e transformadoras, indo de encontro a propostas como o jornalismo de subjetividade.

Pesquisas e exercícios analíticos futuros podem demonstrar que a consolidação de um jornalismo de subjetividade talvez já esteja em curso e não se trate de algo capaz de ser inaugurado com data e hora, mas diluído ao longo da prática profissional diante das demandas históricas. Devemos considerar também as dificuldades impostas nos últimos anos, especialmente, no Brasil. A pesquisa que utilizamos para o exercício analítico deste artigo foi concluída em 2019. De lá para cá, passamos por quatro anos de um governo autoritário, posicionado de forma enfática contra os direitos das mulheres, além do fortalecimento dos movimentos masculinistas na internet. Esse cenário impõe ainda mais desafios para impedir retrocessos e constituir práticas propostas pelo feminismo para alcançar um contexto social de equidade de gênero.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte:Letramento, 2018.

AMARAL, Pauliane. **Quem é Mayara Amaral? [POR FAVOR, COMPARTILHEM]**. Liège, 27 jul. 2017. Facebook: paulianeamaral. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0EQ1nFKs3pPZm7GauT6TNAbkDvt1Et8FFAYi3A3i9mUgz3SiXCa9Ry8E41F2WgpkZ1&id=100001029836854>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. In: Brazilian Journalism Research, ago, v. 14, p. 570-591, 2018a.

_____, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECAUSP, 2018b.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 p.1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index3.htm>> Acesso em: 14 ago. 2023.

GUSTAFSON, Jessica Costa. **Jornalismo feminista**: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2018.

HALL, S. **Raça, o significativo flutuante**. Revista Z Cultural – Revista cultural do programa avançado de cultura contemporânea UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significativo-flutuante%EF%80%AA/>>. Acesso em: 14 ago. 2023>.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de, BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JARA, Tainá Mendes. **#NenhumaAMenos**: Redes sociais e feminismos nos fluxos informativos do caso de feminicídio de Mayara Amaral. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre:Arquipélago, 2022.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs.). **Feminicídio**: invisibilidade mata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila. **Midialivrisimo e feminismos**: análise do jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2020.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila; MIGUEL, Katarini. **Quando o jornalismo encontra o feminismo**. In: Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicacion. Dossiê Temático Comunicação e Gênero na América Latina. Número 39. 2022.

SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista**. In: BORGES, Maria de Lourdes; CASTRO, Susana de; TIBURI, Márcia. Filosofia Feminista. Editora do SENAC, 2022.

SILVA, Márcia Veiga; MORAES, Fabiana. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi>> Acesso em: 25 jun. 2022.